

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL



**ANDRÉ REBOUÇAS E MODERNIZAÇÃO: ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE HIGIENE PÚBLICA
DE UM ENGENHEIRO NEGRO ABOLICIONISTA**

MARIA CLARA DE ALMEIDA CAMARGO

RIO DE JANEIRO

2019

MARIA CLARA DE ALMEIDA CAMARGO

**ANDRÉ REBOUÇAS E MODERNIZAÇÃO: ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE HIGIENE PÚBLICA
DE UM ENGENHEIRO NEGRO ABOLICIONISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Suyá Quintslr

RIO DE JANEIRO

2019

MARIA CLARA DE ALMEIDA CAMARGO

**ANDRÉ REBOUÇAS E MODERNIZAÇÃO: ANÁLISE SOBRE AS
PERSPECTIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE HIGIENE PÚBLICA
DE UM ENGENHEIRO NEGRO ABOLICIONISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

Profa. Dra. Suyá Quintslr (orientadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr.

André Rebouças e modernização: análise sobre as perspectivas de abastecimento de água e de higiene pública de um engenheiro negro abolicionista

Resumo

O presente artigo tem como objetivo evidenciar as intervenções urbanas que ocorreram durante a segunda metade no século XIX através da figura de André Rebouças, engenheiro negro abolicionista. Exploramos as perspectivas de abastecimento de água e de higiene pública de Rebouças, e os conflitos e disputas que se deram pela defesa destas. Utilizamos como documentos os diários de André Rebouças em que este disserta sobre o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, e um relatório de higiene pública assinado por ele, publicado em 1888, na Revista de Engenharia.

Palavras-chave: André Rebouças, abastecimento de água, higiene pública, Governo Imperial, planejamento urbano

Introdução

Ao falarmos em planejamento urbano no Brasil e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro é comum retornarmos a processos de modernização que se deram a partir de 1930. As preocupações que marcaram as transformações em meio urbano nesse período estavam permeadas por seguir os moldes da lógica de “civilização europeia” e suas maneiras de construir cidades. Nesse sentido, era priorizado uma “necessidade” de superação de qualquer herança escravocrata a fim de se inserir na lógica contemporânea do capitalismo.

Os resultados dessa concepção de superação da herança escravocrata se relacionaram em minar corpos negros nos processos de revitalização da cidade, em que a segregação espacial estava ligada com não se levar em consideração as diversas maneiras de se estar e construir cidade. Nem seus corpos físico e nem suas maneiras comportamentais estavam de acordo com as lógicas das cidades modernas, sendo os processos marcados pela falta de integração ligada a uma lógica eugenista, a qual foi embasada em diversos momentos por discursos higienistas e questões sanitárias envolvendo a saúde pública.

Entretanto, argumenta-se aqui que a preocupação higienista com questões de saneamento se fez presente desde o Governo Imperial (1822-1889) e, posteriormente, nos governos republicanos da Primeira República (1889-1930). Nesses períodos, já havia a dedicação, através de questionamentos e tentativas de racionalização de serviços, sobre tais questões, com atenção especial ao saneamento de algumas grandes cidades brasileiras. Tais intervenções nas cidades formaram um leque de intervenções estatais no espaço urbano que se constituía, especialmente a partir da implementação dos serviços de água e esgoto, bem como de obras de macrodrenagem de rios e pântanos.

Para a compreensão deste processo, no entanto, é fundamental questionar em que medida essas intervenções eram necessárias também à modernização da sociedade brasileira no contexto da tardia abolição da escravidão no Brasil (1888). No presente trabalho, usamos a figura de André Rebouças (1838 – 1898), importante engenheiro negro durante o final do período imperial e exilado com a Proclamação da República em 1889, para entender esse processo a partir de sua atuação tanto como higienista e abolicionista. Sua atuação ilustra o fato de que a intervenção do Estado no espaço urbano no final do período imperial parece ser maior do que se costuma admitir na literatura.

A preocupação em trazer a figura de André Rebouças para o centro da pesquisa se dá por entender o racismo de maneira multifacetada. Acredita-se que figuras negras são apagadas, ou não lhes são dadas as devidas atenções, por conta de processos de invisibilidade. Na história de construção do Estado brasileiro isso se dá pela falta de credibilidade a personagens e movimentos, relacionados aos africanos escravizados nesse território. Pensa-se assim que reativar a figura de Rebouças é uma maneira de promover viradas epistemológicas através da retomada de agência em processos que permeiam a história brasileira.

Dessa forma, o presente texto está dividido, para além desta introdução, em cinco sessões. Em um primeiro momento, apresentamos a discussão teórica que embasa essa pesquisa, retomando na literatura como se tem tratado o início das intervenções urbanas e planejamento no Brasil. Depois, optamos por fazer uma breve apresentação da figura de André Rebouças, trazendo algumas características de sua trajetória enquanto engenheiro negro abolicionista. Na terceira seção, analisamos os diários de André Rebouças sobre a questão de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro; seguido pela análise do relatório de higiene pública publicado por Rebouças na Revista de

Engenharia em 1888. Por fim, trazemos as considerações finais, retomando questões resultantes desta pesquisa que acreditamos serem fundamentais.

Discussão teórica

Ao falarmos em intervenções urbanas, planejamento e atuação do Estado, alguns autores dissertam sobre como tais questões tiveram início no Brasil. Em seu livro *Planejamento Econômico no Brasil*, Octavio Ianni (1979) preocupa-se em desenvolver o argumento sobre como políticas econômicas governamentais são iniciadas e levadas adiante a partir do Estado Novo (1930-1945). Segundo o autor, a partir da década de 1930, um conjunto de fatores permitiu alterações na estrutura e nas funções do Estado brasileiro, resultando no início efetivo da intervenção estatal na economia e no planejamento.

Tal período foi marcado por mudanças na constituição da sociedade brasileira através do surgimento das “novas classes sociais urbanas”, permitindo o desenvolvimento do Estado burguês. Junto a isto, a Depressão de 1929 é identificada como marco para a tomada de consciência de possíveis problemas econômicos resultantes de uma economia voltada para o mercado externo. Nesse sentido, a superação de valores e padrões próprios da organização e mentalidade oligárquica estava relacionada a elaboração de instituições políticas e econômicas, além de mudança de valores sociais e culturais, condizentes com a mentalidade capitalista liberal.

É nesse contexto que o autor identifica o desenvolvimento de uma *tecnoestrutura estatal*: “um estágio de desenvolvimento do Poder Executivo em que este incorpora, de modo cada vez mais sistemático e permanente o pensamento técnico-científico e as técnicas de planejamento” (IANNI, 1979, p.25). Segundo Ianni, a técnica de planejamento efetiva, enquanto instrumento de política governamental, teria apenas começado no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial.

“Nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica ‘mais racional’ de organização das informações, análise de problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras. De fato, nesses anos discutiram-se [...] a conveniência, os limites e os riscos da adoção dessa técnica. [...] Não se pense, todavia, que esses problemas foram propostos de uma só vez e em nível teórico. Ao contrário, eles se colocaram de modo ‘desordenado’ e em função de dilemas práticos.” (IANNI, 1979, p. 43 e 44)

Dessa forma, de acordo com o autor, as origens do planejamento governamental no Brasil estão relacionadas às perspectivas de desenvolvimento industrial e à formação de novas classes sociais – sendo esses dois fatores diretamente relativos à ampliação e manutenção de cidades. Ainda com a presença de interesses econômicos de classes dominantes, a linguagem e a técnica de planejamento passam a ser um mecanismo dinâmico do sistema político-administrativo, mesmo que de forma desigual e fragmentada – a Constituição de 1937, conforme o autor, é marco ao atribuir funções econômicas mais complexas e ativas ao Estado, se comparadas à situações anteriores.

Todavia, Steven Topik (1987) traz outro ponto de vista ao argumentar que o Estado brasileiro já poderia ser considerado intervencionista antes mesmo da crise de 1929. O autor explora o argumento ao evidenciar a extensão da presença do Estado nos setores de finanças, comércio cafeeiro, ferrovias e indústrias, durante o período da Primeira República (1889-1930). Sua análise versa sobre duas questões centrais: 1) como as lutas domésticas entre classes e entre interesses internacionais contribuíram para a definição de políticas governamentais; e 2) o grau de independência do Estado em relação às forças da sociedade civil e a influência de fatores ideológicos na formação de ideias sobre as necessidades do país.

Nesse sentido, a burocracia do Estado permitiu a ampliação do poder de ação estatal, sendo entendida como capacidade de mediação entre classes. Em relação a estrutura brasileira, durante especificamente a Primeira República, o autor traz a dependência de mercados estrangeiros como marcador da função brasileira na economia, característica esta relacionada à herança colonial. A posição dos fazendeiros, produtores de produtos voltados para a exportação, é colocada como central, uma vez que era essa atividade que permitia a dinâmica econômica brasileira. Era através do comércio exterior que se adquiria receitas tanto para o governo federal quanto para os estaduais, estando assim relacionado ao fomento de criação de infraestrutura e da própria indústria nacional. Além de ouro para o serviço da dívida externa e ser meio de atração para o capital estrangeiro.

Topik (1987) afirma, no entanto, que a oligarquia exportadora deixava em muitos momentos de impor seus programas de Estado, em parte por sua dependência de mercados estrangeiros, que se refletia em conflitos sobre rumos econômicos nacionais. Pensando no contexto da República Velha, portanto, a existência de uma centralização por parte do Estado se fez presente por conta de sua capacidade mediadora, mas também

como um expoente da burguesia nacional. O funcionamento da República nesse primeiro momento foi marcado por acordos extra-oficiais, como a política dos governadores de 1899, e pelo coronelismo. O governo federal representava o Brasil em assuntos internacionais e os representantes desse âmbito da política podiam influenciar em negócios na economia exportadora.

Dessa forma, o autor defende que já existiam intervenções estatais em formas de políticas econômicas no Brasil da Primeira República. Em oposição às interpretações dominantes que trazem as políticas estatais sobre a economia brasileira como algo que apenas aconteceu a partir da década de 1930 e que antes prevaleceria o *laissez faire* típico de economias liberais. Conforme Topik (1987), houve um crescimento do orçamento federal ao longo de 1889 e 1930, além de um aumento no funcionalismo público, responsável assim por uma *ética federal*. Os burocratas de mais alto nível (que conseguiram suas posições através de relações pessoais ou por troca de favores, mas que apresentavam também conhecimento profissional) representavam interesses da sociedade civil mais do que seus próprios: no caso, representavam os interesses da oligarquia exportadora.

Trazendo, por sua vez, para o âmbito da cidade do Rio de Janeiro – e ilustrando o argumento de Topik sobre a presença do Estado no planejamento na Primeira República –, Jaime Larry Benchimol (1985) afirmou que a cidade tinha sido pela primeira vez, durante o governo de Rodrigues Alves (1903-1906), “objeto de uma política urbana formulada num plano sistemático, abrangendo um amplo leque de iniciativas que repercutiram como um terremoto nas condições de vida de sua população” (BENCHIMOL, 1985, p. 599). Para o processo de modernização da cidade foi considerado tanto o capital externo quanto o interno e realizado através de dívida pública com capital estrangeiro. Tal processo foi marcado pela identificação de uma necessidade de mobilizar o meio urbano em prol de necessidades econômicas do país.

Nesse sentido, a preocupação com a modernização da cidade do Rio de Janeiro foi versada pela “necessidade” de adequar a cidade para a mobilização econômica, seguindo modelos externos, com o objetivo de torná-la atrativa. Através de discursos sobre superação da cidade colonial, rumo a uma cidade civilizada, também embasada por tendências higienistas, a modernização da cidade foi marcada por demolições e desapropriações que resultaram em expropriação e segregação. Tal processo conseguiu desagradar diversos setores da sociedade da época, desde moradores de cortiços até

proprietários de imóveis. Tais mudanças no espaço urbano também faziam referência, vale destacar, à conversão de cidadãos aos valores e estereótipos que serviam à burguesia europeia e seu exercício de dominação.

Porém, o próprio Benchimol não compartilha da perspectiva de que intervenções e planejamento por parte do Estado aconteceram apenas depois da proclamação da República. Em seu livro *Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX* (1953), evidencia como intervenções urbanas já se faziam presentes durante o período imperial. Ao trazermos a discussão sobre o acesso e fornecimento de água (que é a via que optamos em recortar nessa pesquisa), preocupações com a modernização e eficiência de sistemas de abastecimento já se fazem presentes desde meados do século XIX.

A cidade do Rio de Janeiro apresentava funções centrais na economia brasileira durante o século XIX: era porta de entrada do país tanto para imigrantes quanto para mercadorias (mão-de-obra africana escravizada e produtos manufaturados importados), e de saída para o café produzido no Vale do Paraíba, até então principal área cafeeira do país. No entanto, sua importância contrastava com as dificuldades que a cidade apresentava no setor de transporte e pela ausência de saneamento.

Com relação às condições sanitárias, estas se agravaram progressivamente ao longo do século XIX com o crescimento da cidade, resultando na propagação de epidemias pela população urbana. Particularmente, a epidemia de febre amarela dos anos de 1849 e 1850 aumentou a preocupação das autoridades com a saúde pública – muitos imigrantes europeus, recrutados como mão-de-obra assalariada, morreram por conta da doença. Assim, em 1850, o Ministério do Império estabeleceu a Comissão Central de Saúde Pública e foi criada uma Comissão de Engenheiros para tratar da questão. No ano seguinte, foi regulamentada a Junta Central de Higiene Pública, que posteriormente deu origem à Inspetoria Geral de Higiene Pública e à Inspetoria Geral de Saúde dos Portos (Benchimol, 2003).

Ainda na década de 1850, o Imperador D. Pedro II abriu uma concorrência para contratação de empresa para construção de um sistema de esgotamento sanitário para a capital, dando origem a um contrato que é, alguns anos depois, transferido para a companhia inglesa *The Rio de Janeiro City Improvements Company* (“City”). Apesar de todas essas ações, novas epidemias de cólera e febre amarela assolaram a cidade na

segunda metade do século XIX e a questão do precário sistema de abastecimento de água era algo que ainda estava por ser solucionada.

Benchimol (1953), no texto *A reestruturação dos sistemas de água e esgotos do Rio de Janeiro*, ilustra a presença de preocupações sobre a “aparente irracionalidade do sistema escravista de distribuição empregado” ainda na primeira metade do século XIX (BENCHIMOL, 1953, p. 65). A modernização do sistema de distribuição de água, que já era considerado defasado e ineficiente, além de estar relacionado a preocupações sanitárias e de saúde pública, tornou-se premente após o fim do tráfico negreiro, em 1850, e do fim do trabalho escravo, em 1888. Em decorrência deste fato, a mão de obra utilizada tanto para o afastamento dos esgotos quanto para o carregamento de água para consumo se tornou escassa.

Os *tigres*, como eram chamados tanto os negros escravizados que faziam o transporte de dejetos quanto os barris em que tais dejetos eram colocados, eram os principais meios de fornecimento de água e realização do esgotamento da cidade. Eles, carregando os barris na cabeça, eram responsáveis por buscar água nos chafarizes da cidade e por carregar, à noite, os dejetos, eliminá-los em locais distantes da cidade ou no mar e limpar os barris utilizados. Eles passaram a ser chamados de *tigres* devido às marcas que apresentavam no corpo, provocadas pela amônia, a qual estavam expostos devido ao serviço realizados sem condições sanitárias adequadas.

Estudos em relação a oferta e demanda, capacitação do sistema para distribuição de água em domicílios e curso de mananciais foram impulsionados e realizados através de órgãos relacionados ao governo imperial. A questão de manutenção do serviço no âmbito da administração pública se fez presente assim como a preocupação de quem deveria realizar as obras, as quais foram colocadas para o setor privado, cabendo ao Estado contratar. Entre os intelectuais envolvidos nos estudos e realização de obras estavam os Irmãos Rebouças, André e Antônio, ambos engenheiros negros, abolicionistas que apresentavam contatos diretos com a Família Real.

Assim, a partir dos autores consultados, neste artigo, argumentamos que a intensificação da intervenção estatal sobre as cidades brasileiras antecedeu à República, iniciando-se ainda no final do período imperial. Suas motivações se apresentam por dois processos paralelos e interligados, vinculados à modernização da sociedade brasileira: o fim do trabalho escravo no Brasil e a necessidade de saneamento das cidades, as quais se

encontravam em plena expansão, no final do século XIX. Nesse sentido, buscamos compreender as intervenções do Governo Imperial relacionadas ao saneamento da cidade do Rio de Janeiro a partir da atuação do engenheiro André Rebouças, atuação essa relacionada a duas de suas preocupações principais: o higienismo e o abolicionismo.

Para tal, utilizamos dois documentos centrais de análise: uma compilação dos diários de André Rebouças sobre o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, realizado por Inácio José Veríssimo (1939); e um relatório de higiene pública assinado por André Rebouças e publicado em 1888 na Revista de Engenharia. Os documentos foram consultados na Biblioteca do CFCH/ UFRJ e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, respectivamente.

André Rebouças: engenheiro negro abolicionista

André Pinto Rebouças nasceu, em 1838, na cidade de Cachoeira, na Bahia, filho de Carolina Pinto Rebouças e Antônio Pereira Rebouças. Seu pai era advogado, deputado e conselheiro de D. Pedro I, participante de movimentos libertários de Cachoeira e defensor da abolição da escravidão. Ainda pequeno, em 1846, junto com a família, vem para o Rio de Janeiro, como membro da Corte Imperial. Forma-se no curso de Engenharia pela Escola Militar, com especialização em Engenharia Civil.

Ao longo de sua vida, com suas ligações diretas e pessoais com o Governo Imperial, André Rebouças elaborou diversos projetos em variados âmbitos de ordenação urbana e regional. Conhecido por fazer parte da construção da região portuária do Rio de Janeiro, realizou projetos em diversos estados brasileiros, influenciado também por seus estudos realizados no continente europeu e nos Estados Unidos. A elaboração e realização de projetos se deu, em vários momentos, de maneira autônoma e para além do âmbito estatal – uma vez que não foi em todos eles que teve apoio, moral ou financeiro, para a realização.

Como uma das referências do movimento abolicionista brasileiro, André Rebouças é sempre colocado lado a lado de figuras como Joaquim Nabuco e Visconde de Taunay. Atuou como jornalista, na elaboração de eventos e manifestos (*Manifesto da confederação abolicionista*, de 1883, com José de Patrocínio) e sociedades abolicionistas. Orientava sua atividade em prol do que chamava de uma “propaganda abolicionista

democrática”. Sua noção de escravidão estava relacionada com a ruptura com o monopólio territorial, a a proclamação da abolição da escravatura seria o primeiro momento de um processo mais longo de reformas. Maria Alice Rezende de Carvalho (1998), sobre o conceito de escravidão de Rebouças, aponta que,

“O que tornava Rebouças um elo tão evidente entre os abolicionistas e os imigrantistas era o fato de que o seu *conceito* de escravidão dissociava-se, progressivamente do *fenômeno*, tal como ele se apresentava na cenário brasileiro estendendo-se a todas as formas de negação da ‘democracia rural’, isto é, da possibilidade de controle da terra por parte de quem nela produzia”. (CARVALHO, 1998, p.220)

Com a Proclamação da República, André Rebouças viu frustrados os projetos que elaborou, mesmo que estes tenham influenciado a visão de D.Pedro II sobre os assuntos agrários, em prol de uma reorganização de propriedade no Brasil. Achando inicialmente que não passava de um golpe momentâneo orquestrado pelos latifundiários, Rebouças exilou-se achando que apenas estava “seguindo o Império”, muito por conta de sua relação pessoal com D. Pedro II.

Não retornou para o Brasil e durante o exílio fez campanha contra a “república oligárquica”, escrevendo artigos de jornais na Europa. Ainda em território europeu, preocupou-se em articular um programa de democratização do continente africano, entendendo que os contextos do Brasil e de África seriam entrelaçados por conta de uma lógica colonizadora lusitana comum. Foi para Luanda motivado por propostas de trabalho e em Funchal, entrou em contato com lideranças reformadoras da África. Impregnado pelo sentimento de solidão e de percepção de que a sociedade brasileira tinha sido finalizada sem ter atingido a sua maturidade, cometeu suicídio, em 1898, atirando-se de um penhasco em Funchal.

André Rebouças: abastecimento de água e a Companhia das Águas

No livro *André Rebouças – Através de sua autobiografia*, Inácio José Veríssimo (1939) copila e interpreta os diários de André Rebouças em temas que versaram a vida do engenheiro. Um dos temas explorados é o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro. Essa parte do texto se preocupa em evidenciar as origens do projeto da Companhia das Águas do Rio de Janeiro e dos trâmites que André Rebouças se envolveu para promover o abastecimento de água na cidade.

Durante o ano de 1870, o Rio de Janeiro passou por períodos de seca, em que a questão de abastecimento de água colocou-se como central para os irmãos Rebouças. Foi a partir desse contexto que André e Antônio Rebouças pensaram na organização da Companhia das Águas, que estaria responsável pela captação, açudagem, construção de encanamentos e distribuição domiciliar, pensando também no acesso à água para a população pobre.

Para a articulação do projeto, André Rebouças entrou em contato com: 1) representantes do governo imperial, entre eles o então Ministro da Agricultura, Diogo Velho (a quem cabia o estudo de projetos dessa natureza), e o conselheiro ministerial Itaboraí, amigo pessoal de André Rebouças; 2) o Imperador D. Pedro II; 3) e pessoas ricas. O contato com estes últimos se deu a fim de obter os capitais necessários para os empreendimentos, enquanto os outros foram procurados para obter apoio político e assim conseguir meios de elaboração do projeto, através da administração pública. Ao mesmo tempo, organizou também as bases gerais da empresa, estudando a organização financeira, além de questões como garantia de juros e de limite de capital.

Enquanto Itaboraí e D. Pedro II se colocaram a favor do projeto – embora o Imperador tivesse dúvidas da necessidade de o abastecimento de água em casas de pessoas pobres –, Diogo Velho não se mostrou entusiasmado, tanto por conta de falta de capacidade técnica do governo, mas também por ver na atitude de André Rebouças uma intromissão. Após meses de espera, desde do primeiro contato com Diogo Velho, o ministro articulou, em junho de 1870, depois da seca atingir aspectos graves, uma comissão de estudos preliminares, em que Antônio Rebouças era o presidente e trabalhou junto com os engenheiros Bennet e Monteiro de Barros.

As repartições técnicas do governo não tinham dados suficientes para opinar sobre o projeto dos irmãos Rebouças. Apenas depois, em que além da grave seca, a inquietação popular aumentou e a pressão por parte de Itaboraí para colocar o projeto dos Rebouças em prática, que uma Comissão Especial foi criada e composta por Monteiro de Barros (Inspetor das Águas), Antônio e André Rebouças. Tal comissão tinha como objetivo o aproveitamento da força dos mananciais para o abastecimento público, a abertura de poços públicos em locais acessíveis e o estabelecimento de sistema de condução e distribuição de água nos bairros centrais da cidade. Além disso, estavam responsáveis por fazer mediações com os possuidores de águas no centro da cidade para a concessão

provisória das águas que poderiam adquirir uso público (uma vez que não estavam sendo utilizadas pelos seus proprietários).

Logo nos primeiros dias de trabalho da comissão, um problema central se instaurou: os proprietários de terrenos particulares na cidade. Das medidas que a Comissão adotou como forma de trabalho, estava entre elas a abertura de poços em terrenos particulares e o uso de águas que se encontravam em propriedade privada. Os proprietários, por sua vez, colocaram-se contra tais medidas e o ministro Diogo Velho fez coro às suas vontades, ordenando a alteração do plano de trabalhos.

Porém, André e Antônio Rebouças entenderam que atender a essa determinação colocaria em xeque o próprio funcionamento e a legitimidade da Comissão. Os irmãos, por não estarem subordinados ao ministro, uma vez que trabalhavam de maneira autônoma e voluntária, mantiveram o posicionamento inicial da comissão, entendendo que tal medida era fundamental para a garantia de abastecimento de água na cidade. Buscaram apoio em Itaboraí que reafirmou a necessidade dos trabalhos, garantindo assim o prosseguimento das medidas a cargo dos irmãos Rebouças.

Nesse meio tempo, tanto a Comissão quanto André Rebouças são difamados pelos jornais, através de artigos de reclamação e opiniões de proprietários afetados pelos trabalhos. A difamação estava permeada por questionamentos quanto a competência e legitimidade de ambos. O caminho que André Rebouças utilizou para refutar tais polêmicas foi a explicação técnica e de tornar público procedimentos que envolviam a Comissão, assim como os trabalhos executados. Conforme o documento,

“[...] Seu Diario consigna a miude ‘respondi hoje um artigo calunioso da Reforma’ ‘Cometemos (eu e meu irmão) o grande crime de dar em 30 dias, 2.400.000 litros diários de agua ao Rio de Janeiro. ‘A nomeação da Comissão Especial a 1º de agosto [de 1870], ofendeu o amor proprio de muitos. Dai o furor de provar ao publico que ela errou’. ‘A Comissão Especial, na urgencia das circunstancias não poude atender as exigencias da desapropriação por via ordinaria – Salus populi suprema lex. Dai as incessantes queixas dos proprietarios. Como tais elementos não admira que raro seja o dia em que não a ataquem por artigos assinados ou anônimos’. Mas, afirma ele, um pouco adiante ‘a Comissão Especial trabalhou gratuitamente e com a maior devoção’ e no entanto ‘cumpre que nos defendamos incessantemente’”. (VERÍSSÍMO, 1939, p. 103-104)

Dois casos apresentados no documento aqui analisado mostram qual era o teor das polêmicas que atravessaram a trajetória de André Rebouças em relação ao assunto

abastecimento de água. Um deles é o que envolveu o Senador Zacarias. Depois de discursar contra os trabalhos de André Rebouças e deste procurá-lo para elucidar as finalidades e benefícios dos trabalhos que estava executando, o senador admitiu que “precisava fazer oposição” ao que os Irmãos Rebouças estavam propondo e fazendo. O outro caso que merece destaque e que aconteceu no ano seguinte, em março de 1871, foi quando o Dr. Francisco José de Freitas, inspetor d’águas, ao analisar as obras realizadas no Trapicheiro, afirmou que André Rebouças havia “iludido” a população e o governo. André exigiu a realização de uma nova experiência dos encanamentos, com pessoas de sua confiança. Em 23 de março do mesmo ano, o engenheiro é submetido a prova pública que provou a eficiência das obras então realizadas. O caso tem como desfecho o pedido de desculpas de Dr. Freitas a André Rebouças pela polêmica promovida.

A retomada desse conteúdo evidencia as consequências da preocupação com o fornecimento de serviço de água que saiu de pessoas de fora do governo, mas com contato direto com o regime imperial. O projeto da Companhia das Águas, que decorre da preocupação com a viabilização de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro ainda em 1870, ocorreu pela percepção de uma demanda e a tentativa de resolvê-la. André Rebouças apresenta-se como figura que, além de elaborar o projeto, procura meios necessários para colocá-lo em prática.

A maneira como Rebouças se coloca parece incomodar figuras do governo tanto quanto os proprietários de terra na cidade, resultando assim em disputas de narrativas, versadas pela técnica científica. O relato presente no documento mostra como interesses privados, relacionados à elite escravocrata e proprietária de terras, interferiram na atuação e aplicação do serviço de água. Esses interesses, em mais de um momento, foram preservados pelo setor público, fazendo com que fosse necessário o empreendimento para além de tal esfera. Os irmãos Rebouças não eram funcionários públicos, não foram contratados e foram os que garantiram a execução de serviços de água para a cidade do Rio de Janeiro através da Comissão Especial, durante o seu período de funcionamento. Conforme o documento,

“[...] a Comissão reduzida praticamente aos irmãos e nomeada a 1º de agosto de 1870 colocava a 11 a primeira pedra do Açude do Trapicheiro; fazia a 2 de Setembro a 1ª experiência do encanamento saído desse açude; realisava a 14, do mesmo mez, as experiencias do encanamento dos Macacos; a 24 escolhia o local para os reservatorios do Morro de Santo Antonio e Livramento; dava em 30 dias mais 2 milhões e 400 mil litros

diários de água à cidade e por fim, em dois meses de trabalhos gratuitos, elevava esse volume a 5 milhões de litros.” (VERÍSSÍMO, 1939, p. 104)

Junto aos trabalhos da Comissão, André Rebouças também se preocupou em aprimorar seu projeto da Companhia das Águas e, em outubro de 1870, depois de ter examinado com o seu irmão as nascentes do Rio d’Ouro e da Serra do Tinguá, entrega um projeto atualizado para Diogo Velho. Todavia, neste meio tempo, o gabinete chefiado por Itaboraí cai e as pessoas que o substituíram fazem coro à oposição aos Rebouças, resultando na dissolução da Comissão Especial. Restou apenas a Comissão de Estudos que Antônio Rebouças fazia parte e foi através desta que os irmãos Rebouças mantiveram contato com o governo.

Com a possibilidade de focar em providências necessárias para a Companhia das Águas, no mês de novembro do mesmo ano, André Rebouças entrega ao Ministro da Agricultura um novo pedido de concessão, assinado por diretores responsáveis. A proposta foi recusada, sendo que o Imperador informa a André que havia uma outra proposta assinada por Gotto (engenheiro da City Improvements e que tinha assegurado o financiamento de sua proposta por Mauá) e que também sugeria fornecimento de água à cidade através do Rio d’Ouro. Todavia, essa outra proposta consistia apenas em estudos gerais e só em 1874 que apresentou-se de fato um projeto concreto. De acordo com o documento,

“[...] Tudo faz crêr, entretanto, que a oposição feita aos dois irmãos Rebouças na questão das águas, foi a causa íntima da atitude governamental, pois o ato da diminuição dos vencimentos de Antonio, o ato posterior da dissolução da Comissão Especial da qual os dois faziam parte e por fim a demissão de Antonio a 12 de fevereiro de 1871, pelo Ministro João Alfredo, após uma forte discussão em que o mesmo mostrava estar na corrente dos que combatiam os Rebouças são índices que explicam o repúdio à sua proposta”. (VERÍSSÍMO, 1939, p. 106-107)

Por fim, vale destacar que quando as obras para a captação das águas do Rio d’Ouro começaram, em 1878, o empreiteiro A. Gabriel convidou André Rebouças para dirigir os trabalhos. Ele chegou a assumir o cargo de engenheiro-chefe das obras de abastecimento de água, mas houve um esforço da “engenharia oficial” de impedir André de lidar com a questão de serviços de água na cidade. Ele escreve em seu diário, em 14 de julho de 1878, “Frustrou-se [a sua colaboração como engenheiro-chefe nas obras do

Rio d'Ouro] por um sem numero de intrigas dos oficiais de Gabinete e empregados do Ministerio das Obras Publicas” (VERÍSSÍMO, 1939, p. 110).

André Rebouças: abastecimento de água e higiene pública

O documento sobre os diários retrata como estabeleceram-se disputas entre a “engenharia oficial” (ou burocrática) e André Rebouças, além de evidenciar como a elaboração de infraestrutura está permeada por questões políticas e interesses privados, com destaque para a classe dominante. O relatório de higiene pública assinado pelo engenheiro em 1888, na Revista de Engenharia do Rio de Janeiro, por sua vez, evidencia as noções ampliadas de abastecimento de água e higiene pública defendidas pelo engenheiro.

O primeiro assunto que trata no relatório é o do abastecimento de água na cidade, em que retoma a proposta de criação da Companhia das Águas do Rio de Janeiro (de 22 de novembro de 1870). Identifica que, depois de passados dezessete anos, o contexto de debate em relação ao serviço de água se centrava no questionamento da viabilidade e necessidade de fornecimento geral e público de água. O que antes se marcava pela intencionalidade de fazer do abastecimento de água do Rio de Janeiro um serviço que beneficiaria toda a população, Rebouças registra no relatório, que em 1887, se convertera na preocupação central de usar o serviço de água como meio de se obter recursos monetários para o Tesouro Nacional, a fim de cobrir a dívida relacionada a infraestrutura de abastecimento, conforme Rebouças registra no relatório.

Segundo Rebouças, tal maneira de tratar a questão não permitia a resolução do problema de higiene pública. Ele destaca que a proposta da Companhia das Águas do Rio de Janeiro tinha como preocupação um sentido amplo de abastecimento, que não se relacionava apenas ao fornecimento de água em domicílios. Compreendia também outros serviços conectados, como o estabelecimento de banhos, piscinas de natação, lavanderias públicas, distribuição de energia hidráulica. Rebouças se mostra inquieto pelo fato de que, em 1887, não se criou nenhum estabelecimento de banhos para a população pobre da cidade carioca “E ainda admiram-se que ella seja dizimada pela variola nas terriveis proporções, de uma epidemia de cholera ou de febre amarella?!!” (REBOUÇAS, 1888, p. 61).

Não tratar a questão de fornecimento de água de forma universal é registrado no relatório como o problema central, junto a não percepção de uma noção ampla de abastecimento de água. Dessa forma, ao longo do relatório, Rebouças se preocupa em tratar de temas mais específicos, atrelando a questão do provimento de infraestrutura à necessidade de mudança de costumes, tanto sociais como também maneiras de se tratar de assuntos políticos. Ao tratar sobre os banhos públicos, retoma suas experiências dentro do contexto inglês e de experiências nos Estados Unidos, argumentando que tais modelos deveriam ser seguidos. Três exemplos citados no relatório são interessantes de serem retomados.

O primeiro reporta a sua experiência em Manchester, em maio de 1862, quando estava estudando a construção de locomotivas, em que utilizou o estabelecimento de banhos de Trafford Road, com sua piscina de natação. A partir disso, esboçou um projeto para o caso do Rio de Janeiro. O segundo exemplo, vem de sua viagem a Londres, em maio de 1873, em que utiliza banhos direcionados para a população pobre: “São estabelecimentos muito modestos, collocados junto das Igrejas, em que o pobre obtém um excellente banho com escova e sabão por um penny, cerca de 40 réis.” (REBOUÇAS, 1888, p. 62). E o último exemplo sai de 1879, em Nova York, quando testemunhou a presença de sete estabelecimentos de banhos gratuitos para a pobreza, os quais estavam abertos das 5 horas da manhã até às 9 horas da noite.

Tais exemplos ilustram a maneira como André Rebouças se preocupa com a questão dos banhos públicos e, conseqüentemente, de higiene pública, uma vez que trás os assuntos de maneira interligada. Para ele, tais estabelecimentos são meio para o combate de doenças epidêmicas, uma vez que estimulam uma cultura da limpeza, sendo fundamental o envolvimento da população urbana como um todo, com destaque para os pobres. Para ele, o estabelecimento de infraestrutura está relacionado também com uma mudança de costumes: além de se criar a possibilidades de serviços, era necessário trazer a questão da higiene para tal campo. Ou seja, falar em higiene pública se dá através da junção desses dois pilares: o fornecimento de estrutura e serviços e as mudanças de costumes.

André Rebouças também se preocupa, todavia, em tratar especificamente do Rio de Janeiro, levando em consideração aspectos históricos, geográficos e econômicos particulares da cidade. A preocupação em destacar modelos sugeridos como de acordo com a ciência moderna se apresenta como um mecanismo de argumentação utilizado pelo

autor. Nesse sentido, o engenheiro advoga em prol da necessidade de um cais geral como elemento higiênico indispensável a uma cidade marítima, uma vez que garante a limpeza de praias e arredores. Segundo ele,

“No caso especial do Rio de Janeiro, o cais geral deve ser projectado para servir de base ao escoamento das aguas pluviaes da cidade, sendo munido de galerias, de poços, de tanques de areia, de machinas de esgoto e de tudo quato fôr necessario para manter o nivel do lençol d’agua do Rio de Janeiro tão baixo quanto possivel. Com estas precauções, aconselhadas pela Sciencia, um cais geral é, intuitivamente, um dos maiores beneficios que se podem proporcionar á Capital do Imperio.” (REBOUÇAS, 1888, p. 63)

Em outros pontos ao longo do artigo, tal maneira de identificar a questão e argumentar sobre ela se faz presente. Aparece ao falar da maneira como tratar os terrenos baixos, na comemoração pela não execução de projetos de arrasamento de morros, na necessidade de túneis urbanos e suburbanos – fundamentais “tanto para acelerar a viação publica, como para facilitar os trabalhos de drenagem e esgoto, e rapida condução ao littoral Oceanico de todas as materias prejudiciaes á belleza, ao asseio e á hygiene da Cidade.” (REBOUÇAS, 1888, p.65) – e, principalmente, quando traz sua perspectiva de um “Rio de Janeiro ideal”. O engenheiro defende a construção de “um Rio de Janeiro de grande altitude, livre de todos os inconvenientes do lençol d’agua subterraneo, e, principalmente d’um subsolo obtido com aterros de lixo e de animaes em putrefacção durante seculos de preguiça e relaxação.” (REBOUÇAS, 1888, p. 64)

Outro ponto que merece destaque é a interpretação de Rebouças em relação a construção da cidade relacionada a lógica escravocrata. A necessidade de se produzir uma nova cidade, estética e higienicamente viáveis, implicava na superação de moldes escravocratas de se construir o meio urbano. André Rebouças identifica que a reformulação e criação de novas ruas, particularmente, é fundamental para se falar em higiene pública. As novas ruas implicariam em demolições de estruturas que remetiam à lógica escravocrata e que seriam ambientes propícios para a proliferação de doenças. Desenvolve o argumento em prol das classes vulnerabilizadas, sendo que a exposição das classes dominantes a condições de certa forma também precárias é tratada como forma de punição. Segundo ele, nenhuma classe se salva de questões de higiene pública e mesmo na classe dos ricos existem casos de pessoas com doenças epidêmicas e resquícios de falta de saúde – “Justa punição ao egoismo feroz, que explora seus semelhantes brancos,

amarelos ou negros, como não é licito tractar nem mesmo a bois e a cavallos!...” (REBOUÇAS, 1888, p. 64).

O argumento da modernização também ganha força quando se remete aos armazéns litorais. Para André Rebouças, o caso dos armazéns mostra estes como um grande centro de doenças epidêmicas por conta do histórico de tráfico negreiro (miasmas dos “Negros Novos”), principalmente depois deste se tornar ilegal. As condições nos navios propiciavam a proliferação de diversas doenças e os armazéns acabavam sendo impregnados pelas mesmas. A situação dos armazéns se coloca como ponte para tratar de questões referentes a inapropriadas condições de trabalho como também a alimentação precária que a população escravizada e pobre da cidade do Rio de Janeiro estava exposta, sendo que são ambos os fatores contribuintes para a falta de higiene pública; além da falta de esgoto apropriado (que também permite a produção de vetores de doenças). Aqui podemos vislumbrar como a noção de higiene pública é ampliada para Rebouças: ela permeia diversos aspectos materiais da vida humana, indo desde atitudes cotidianas, perpassando condições de trabalho e a lógica econômica escravocrata, para chegar em aspectos de infraestrutura.

Dessa forma, resgatando uma questão que já se apresentou no documento sobre abastecimento de água colocado anteriormente, as questões das classes dominantes e suas intervenções na esfera pública mais uma vez se fazem presente. André Rebouças destaca em diversos pontos do relatório como ideias e projetos já foram elaborados, porém sua execução para a garantia de bem estar e saúde pública ficou comprometida devido a interesses privados, tanto da elite conservadora escravocrata quanto de representantes religiosos da Igreja Católica. Rebouças se preocupa mais uma vez em destacar a importância da técnica e da ciência, acrescentando, todavia, a questão de higiene pública como uma questão política e social.

Retomando a questão do cais geral da cidade do Rio de Janeiro, André Rebouças evidencia como questões referentes à burocracia e à dominação se fizeram presentes na promoção de infraestrutura e na garantia de saúde e higiene públicas. Mesmo com a existência de projetos, como nos casos anteriormente relatados, eles não são colocados em prática por conta da burocracia e de interesses privados. Os projetos viabilizados são aqueles que garantem em primeiro lugar a ganância plutocrática. Tal processo também aconteceu em relação a projetos de novas ruas.

Quando Rebouças desenvolve a situação da habitação e posse de terra no Rio de Janeiro, tais questões se mostram mais evidentes. Conforme relatado no artigo da Revista de Engenharia, ele associa a edificação no Rio de Janeiro ao monopólio territorial, que causa entraves à preocupação efetiva com as necessidades da população. Identifica que a estrutura comum dos cortiços é marcada por casas em retângulo alongado, sem ar e sem luz, propício para a proliferação de doenças epidêmicas. Ao mesmo tempo, ela se coloca como uma maneira lucrativa de se proporcionar habitação para a população pobre, mas não necessariamente de maneira qualificada.

Nesse sentido, André Rebouças afirma que a questão da higiene pública é político-social e que os interesses das classes dominantes são colocados como prioridade e que por isso questões de saúde pública e de garantia de qualidade de vida para a população urbana não são encaminhadas. O problema do monopólio territorial afeta desde a execução de obras de infraestrutura até questões envolvendo habitações. As doenças epidêmicas, portanto, estariam relacionadas com a não priorização da higiene pessoal e da higiene pública: a falta de limpeza leva a proliferação de vetores e de doenças. Para isso contribuiria a forma como as questões de infraestrutura e qualidade de vida eram politicamente tratadas, relacionadas aos interesses privados das classes dominante, com herança escravocrata, e ainda aos costumes da cidade. A construção de novas estruturas estaria indo de encontro àquilo que Rebouças chama de plutocracia, havendo assim um embate político e social. O engenheiro reforça em seus relatos a sua defesa de um projeto de aperfeiçoamento da cidade, não influenciado pela plutocracia e nem pela teocracia.

Quanto à questão da influência de interesses de representantes religiosos, dois casos relatados merecem destaque: o dos hospitais e o da higiene funerária. André Rebouças defende a remoção dos Hospitais e das Casas de Saúde do interior da cidade do Rio de Janeiro como sendo uma medida necessária para a garantia de higiene pública. Entretanto tais casas estavam sob a liderança de instituições religiosas. Ao tratar de higiene funerária, no entanto, questiona a moral cristã.

Rebouças traz a questão da remoção dos cemitérios da cidade e o estabelecimento de fornos de cremação e dos processos científicos para eliminação de cadáveres como medida urgente de higiene pública. Em abril de 1879, chegou a fazer parte de uma comissão presidida pelo Dr. José Pereira Rego, Barão do Lavradio, para a determinação da localidade da nova Necropole. Porém, conforme escreve em seu relatório, tudo foi arquivado e culpabiliza os interessados na manutenção do monopólio da Santa Casa de

Misericórdia, comandada pela Igreja Católica. Nesse sentido, interesses e preceitos católicos, juntos com os da plutocracia, se apresentam como os maiores inimigos da higiene, conforme Rebouças. A moral cristã levou a maneiras de (não) lidar com a higiene pública, dificultando trabalhos e práticas de desinfecção da população. Rebouças advoga em favor dos princípios científicos de higiene.

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se evidenciar a preocupação do Governo Imperial com o ordenamento das cidades através da figura de André Rebouças. De fato, o fim do tráfico negreiro e as frequentes epidemias que assolavam as cidades brasileiras motivaram algumas intervenções do Governo Imperial no espaço urbano, como a contratação do serviço de esgotamento sanitário e obras de abastecimento de água. A escassez de mão-de-obra que começava a se fazer presente com a redução do número de escravos na cidade, exigia que a força de trabalho empregada para o transporte de água e dos dejetos fosse substituída por um sistema mais racional e moderno.

Entretanto, o que se verificou a partir das fontes consultadas foi um conflito constante entre a execução de intervenções pontuais e não sistemáticas por parte do Governo e as propostas de figuras importantes que estavam empenhadas em incentivar uma intervenção mais sistemática no espaço urbano em desenvolvimento no final do século XIX – o que nem sempre se refletiu em uma ação planejada do Estado.

De fato, é possível constatar a preocupação de André Rebouças, engenheiro negro e abolicionista, com a higiene pública, bem como sua noção ampliada do que era necessário para promovê-la. A preocupação do engenheiro perpassa pela necessidade de mudanças de costumes e viradas políticas para a efetivação da resolução dos problemas que a cidade do Rio de Janeiro passava. Segundo ele, além de um sistema envolvendo rede de abastecimento de água nas residências e rede coletora de esgoto, seriam necessárias outras infraestruturas (como banhos, piscinas, lavanderias públicas) e mudanças de comportamento da população. Dessa forma, a elaboração de infraestrutura se coloca no mesmo plano que fatores culturais, sociais e políticos a serem superados.

Por ser negro e abolicionista, seu olhar sobre os temas fica direcionado para uma modernização (que também busca em exemplos europeus modelos a serem seguidos)

relacionada a uma preocupação com as populações urbanas vulneráveis, com destaque para os africanos escravizados e seus descendentes. Sua ótica de modernidade versa sobre a garantia de qualidade de vida e bem estar dessas pessoas, trazendo pontos que vão desde serviços públicos de higiene até questionamentos ao monopólio territorial.

Nesse sentido, segundo os relatos aqui expostos, pouco foi realizado pelo governo devido aos entraves do que Rebouças identifica especialmente os interesses da plutocracia e da teocracia. As principais dificuldades que esses grupos apresentaram estavam relacionadas a medidas que afetassem a manutenção de seus respectivos monopólios e consequente dominação. Algumas delas foram: 1) a oposição a medidas de promoção de abastecimento de água que interferisse com propriedades particulares e todas as difamações de projetos e da própria figura de André Rebouças que resultaram disso; 2) a oposição a projetos que garantiam infraestruturas em prol de higiene pública, fazendo com que eles fossem arquivados; 3) e, por fim, a oposição a qualquer medida que fosse contra ao monopólio territorial ou também ao monopólio de serviços, como hospitais e serviços funerários.

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1953.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In.: Del Brenna, G. R. (org.) O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão. Rio de Janeiro: Index, p. 599-611, 1985.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930, p. 231-286. 2003.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século – André Rebouças e a Construção do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan. 1998.

IANNI, Octavio. Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOPIK, Steven. A presença do Estado na economia política do Brasil, de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: Editora Record. 1987.

Fontes

REBOUÇAS, André. Hygiene Publica. Revista de Engenharia, nº 182, 1888, p. 61-66. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> ,Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Acessado em: 25/01/2019.

VERÍSSIMO, Inácio José. André Rebouças: através de sua autobiografia. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1939.